

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER

**Carlos Henrique Pereira Barbosa**

Historiador pela UFSC

[suntzu008@gmail.com](mailto:suntzu008@gmail.com)

**Marcos Aurélio Espíndola**

Historiador pela UFSC, Mestre em Geografia pela USP e

Doutor e Geografia pela UFSC

[marcredriver@gmail.com.br](mailto:marcredriver@gmail.com.br)

## RESUMO

O presente artigo visa fundar bases teóricas preliminares para estudar as relações de poder que perpetram a execução de grandes obras de engenharia, tão em voga nas diversas regiões do Brasil, buscando destarte, compor modelos analíticos às obras assim implementadas. Dentre estas, buscar-se-á enfatizar as que abarcam aproveitamentos hidráulicos de rios e aquíferos; incluindo as instauradas mediante o Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). Por conseguinte, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre o conceito de Poder aqui exposto no aventado por autores pertencentes a linhas de pensamento distintas, destacando os que, com maior precisão e clareza, forneceram elementos essenciais à compreensão das relações de Poder; desígnio que ora torna-se imperioso para a construção de pesquisas futuras. Além do mais, faz-se mister este tipo de digressão, desmistificando o senso comum em torno do conceito de Poder disseminado na sociedade e entendido como domínio unívoco do Estado ou de organizações.

**Palavras-chave:** espaço, poder, relações, aproveitamento hidráulico.

## RESUMEN

El actual artículo pretende fundamentar la teoría para los estudios de las relaciones de poder que perpetran la ejecución de grandes trabajos de ingeniería, tan en boga en diversas locales de lo Brasil, en busca, entretanto, de componer modelos analíticos para las obras así hechas. Se buscara dar énfasis a las que abarcan aprovechamientos hidráulicos de rios e aquíferos, incluso las instauradas por medio de lo Plan de Aceleración de Crecimiento (PAC) del Gobierno Federal. Así, es hecho necesario un mayor profundamiento del concepto de Poder acá expuesto por lo que ha dijo en actores con pertenecimiento a las líneas de pensamiento distintas, con realce para las que, con mayor precisión y evidencia, aprovisionaran elementos esenciales para lo entendimiento de las relaciones de Poder, designio que es hecho imperioso afín de construir las pesquisas del futuro. Aunque, se hecho preciso este tipo de digresión, desmitificando lo sentido común en torno del concepto de Poder disseminado en la sociedad e entendido como dominio unívoco del Estado ó de las organizaciones.

**Palavras llaves:** espacio, poder, relaciones, aprovechamiento hidráulico.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

## INTRODUÇÃO

Se há poder, há resistência. Como no jogo físico de ação e reação, o exercício de um poder implica sempre uma resistência, isso é, um poder contrário, um contra-poder. Ninguém exerce poder impunemente, e ninguém é apenas passivo nas relações de poder.  
Michel Foucault

Pretendemos estabelecer, no presente artigo, um primeiro esboço teórico em busca de um mapeamento dos meandros em que as relações de poder manifestam-se, constituindo-se na forma de contradições que se embatem e se difundem em todo o espaço social.

Tomamos como objeto as grandes obras de infra-estrutura que vêm sendo empreendidas no país nos últimos anos por considerarmos campo fértil para o intuito de perscrutar como se dão tais relações.

As relações de poder serão aqui discutidas como relações eminentemente políticas, onde esperamos também abrir espaço para denotar que, sob a forma de relações radiais de poder, tais agenciamentos podem se conjugar a mecanismos centrados em dispositivos acumuladores de poder (Estado, organizações, etc.) e acabar por formar fluxos disciplinarizadores ou controladores, os quais se irradiam pela sociedade subliminarmente. Neste sentido, concordamos com Châtelet e Pisier-Kouchner, segundo os quais, o poder:

[...] penetra na estrutura delgada da sociedade: é identificável em todos os níveis e, conforme seu "objeto", insinua-se, à sua maneira, na existência. [...] e, de certo modo, é revelada assim a natureza de todo o poder, o qual, na verdade, não se situa nem em um termo abstrato (o Estado, a lei ou a representação coletiva), nem em uma realidade empírica (o governo ou a classe social), mas forma o próprio tecido (no sentido em que o sangue é um tecido) da realidade (CHÂTELET e PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 673).

O re-escalonamento da discussão sobre os dispositivos e as relações de poder advindos tanto da reprodução do capital, como da esfera simbólica, do político ou do micropolítico e a formação de espaços de poder segundo as correlações que conseqüentemente se realizam na sociedade é o objeto central deste artigo, no sentido de que possam ser estabelecidas modalidades sob as quais o poder se apresenta em cada caso. Para tal, teremos de realizar uma breve visita a alguns dos principais autores que trataram do assunto fora do campo da Geografia, para num segundo momento, além da

composição deste artigo, discutir as relações de poder sob um prisma especificamente espacial. Por isto, autores que dão importantes contribuições à discussão da ciência geográfica sobre as relações de poder estão quase ausentes nas discussões levantadas pelo presente artigo.

## CONCEPÇÕES DE PODER

Desde as pioneiras especulações realizadas por Maquiavel em torno das relações de poder que poderiam levar à formação do Estado nacional italiano, diversas concepções sobre o poder foram concebidas pela tradição filosófica ocidental, embora apenas nos séculos XIX e XX elas tenham tornado-se menos especulativas e mais embasadas na realidade social concreta.

Até o início da trajetória intelectual de Karl Marx e F. Engels, as relações de poder permaneceram sendo analisadas tão somente sob um ponto de vista centrado nas políticas de Estado. Os criadores do Materialismo Histórico foram os primeiros a estabelecer uma disjunção entre as relações de poder e os dispositivos gerenciadores centrados no Estado, mesmo não tendo estabelecido sobre este assunto uma conceituação rigorosa.

Dentro da tradição intelectual marxista, Nicos Poulantzas (1971, p. 111), servindo-se das obras de Marx e Lênin, conceituou poder como “(...) a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses específicos”, assinalando ainda que esta definição reporta-se “(...) ao campo das práticas de ‘classe’ e das relações entre as práticas de classe, isto é ao campo da luta de classes: tem como *quadro de referência* a luta de classe de uma sociedade dividida em classes” (idem *ibidem*, p. 112) e “a *capacidade* de uma classe” (idem *ibidem*, p. 114) para realizar tais interesses, organizando-se para tal, dentro do quadro delimitado pelas estratégias das outras classes em luta e pelos seus próprios fins, em um movimento político “de classe *com vista a realizar os seus interesses sob uma forma geral, sob uma forma que possui uma força social coercitiva universal*” (MARX apud POULANTZAS, 1971, p. 115)<sup>1</sup>, traçando uma nítida linha demarcando onde se dão os lugares de dominação e os de subordinação.

---

<sup>1</sup> Os Grifos em itálico são de Poulantzas

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

Poulantzas coloca em relevo que esta capacidade potencial depende dos interesses objetivos<sup>2</sup> vinculados às práticas de classe e não das estruturas produtivas. Estes interesses, concebidos “como limites da extensão de uma prática específica de classe *deslocam-se* de acordo com os interesses das outras classes em presença”, (idem *ibidem*, p. 120) chegando, enfim, à concepção, fundamental para nosso os objetivos do presente artigo, de que existe uma especificidade nos interesses de classe a serem realizados como elementos da noção de poder, já que:

Com efeito, se os interesses não estão localizados nas estruturas como a ‘situação’ de classe nas relações de produção, mas como limites dos níveis do campo das práticas, podemos perfeitamente conceber que se possa falar de interesses relativamente autônomos de uma classe no econômico, no político e no ideológico. O poder situa-se ao nível das diversas práticas de classe, na medida em que existem interesses de classe relativos ao econômico, ao político e ao ideológico. Mais particularmente, numa formação capitalista caracterizada pela autonomia específica dos níveis de estruturas e de práticas, e dos respectivos interesses de classe, podemos ver nitidamente a distinção entre o poder econômico, o poder político, o poder ideológico, etc., consoante a capacidade de uma classe para realizar os seus interesses relativamente autônomos em cada nível. Por outras palavras, as relações de poder não se situam unicamente ao nível político, da mesma maneira que os interesses de classe não se situam unicamente ao nível econômico (idem *ibidem*, p. 122).

Desta forma, instituições sociais, tais como o Estado, as organizações privadas e coletivas, não são detentoras do poder propriamente dito. Pelo contrário, são as classes sociais que investem poder em determinadas instituições, que assim tornam-se “centros de poder, sendo o Estado, neste contexto, o centro do poder político” (Idem *ibidem*, p. 124). Contudo, isto não quer dizer que instituições como o Estado e seus aparelhos sejam órgãos ou agências do poder de classe, já que eles possuem uma relativa autonomia, como gerenciadores do controle do metabolismo social nas sociedades do capital, ou como diria Poulantzas (idem *ibidem*), por uma “especificidade estrutural”, que, infelizmente, não pode ser analisada no espaço deste artigo.

Em resposta ao marxismo, as ciências sociais estabeleceram, em diferentes momentos, várias conceituações relacionadas à formação das relações de poder. Enquanto os liberais, ignorando as contradições de classe, mantinham sua crença em que o poder é “o fato de participar na tomada de decisões” (LASSWELL; KAPLAN apud POULANTZAS, 1971, p. 111), funcionalistas, como Talcot Parsons, chegaram a defender que o poder emanaria da “capacidade de exercer funções em proveito do sistema social

---

<sup>2</sup> “Mencionou-se aqui que os interesses de classe são interesses “objetivos”, a fim de frisar que não se trata de motivações de comportamentos” (idem *ibidem*, p. 121).

considerado no seu conjunto” (PARSONS apud POULANTZAS, 1971, p. 112), numa forma conceitual tão integracionista e alheia aos conflitos de classe quanto a dos liberais vulgares mais reducionistas.

Max Weber, pelo contrário, admitiu que, nas ações sociais, a tendência ao conflito é tão “natural” quanto à tendência à integração (WEBER apud CHÂTELET; PISIER-KOUCHNER, 1983). Para este autor, é justamente tal dualidade que funda a ordem política, pois:

É precisamente essa dualidade que forma o pano de fundo da ordem política. Tal ordem aparece desde o momento em que se manifesta o poder: o poder é um dado de fato – como na filosofia de Hobbes -, e manifesta-se inteiramente na obediência na qual o indivíduo ou o grupo social obriga outros indivíduos ou grupos sociais. [...] Desse modo, estamos diante dos elementos essenciais que permitem definir o Estado. Pois na idéia de agrupamento político está implícita a noção geográfica de território e a noção histórica da continuidade temporal: o Estado, desse modo, é a instituição que usa a dominação para se atribuir o monopólio da coerção física. E cidadão é que aceita esse monopólio (WEBER apud CHÂTELET; PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 503).

De toda forma, nesta concepção historicista que enfatiza “tipos ideais” e “sociedades-sujeito”, produtos do comportamento dos “sujeitos-agentes”, Weber (apud POULANTZAS, 1971, p. 111) estabelece uma definição mais estrita sobre o assunto. Nela, ele defende que o poder é “a probabilidade de certo comando com um conteúdo específico ser obedecido por um grupo determinado”. Este comando seria exercido dentro de uma “associação autoritária”, manifestação dos “valores-fins” de “sujeitos-agentes”, levando a discussão weberiana sobre o poder a enveredar o caminho que leva à problemática da legitimidade.

Weber chega, por esse caminho, a estabelecer uma tipologia dos gêneros de dominação, ou dos poderes, tipificando-os em: *poder carismático*, *poder tradicional* e *poder racional* (CHÂTELET; PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 503 e 504), sem, no entanto, nunca sair do nível da constatação, sem nunca colocar em relevo a real dimensão do *político* em sociedades calcadas na realização do lucro.

Antes de continuarmos, deve-se ainda dar o crédito necessário a Weber, por ter sido o primeiro cientista social que colocou em evidência a questão da técnica nas relações sociais, através da “racionalidade científica e industrial” como norma para essa acumulação. Mas não é pela tipologia weberiana que pretendemos nos embrenhar nem no presente artigo.

De qualquer forma, todas estas concepções do poder, assim como o pensamento que se desenvolveu na esteira destes autores, não conseguiram nem ir além do pensamento marxiano/marxista<sup>3</sup> nem se libertar da enganosa centralidade do poder nas instituições de Estado e organizações privadas.

Mesmo aqueles estudiosos que buscaram no subjetivismo o remédio para o marxismo e o estruturalismo, acabaram por relegar as relações de poder intrapessoais para a resenha das forças não legitimadas. Assim, estas noções só vão dar conta, quando tanto, das relações de poder legitimadas, das relações formatadas e institucionalizadas, não da dinâmica que as instituem e formatam, sendo o pensamento de Weber o ponto de partida para quase todas as argumentações dos melhores autores que se recusam a ver na sociedade a origem de todo o poder, legitimado ou alternativo.

Não é por mero acaso que pretendamos estabelecer um diálogo muito próximo com o marxismo, já que as alternativas a ele entre o pensamento clássico, no que tange ao estudo das relações de poder, são bastante insatisfatórias para o horizonte teórico que perpassa este artigo.

Mas o pensamento de outros autores mais recentes terá igual relevância para o entendimento das relações de poder que se apresentam em empreendimentos pretensamente nacional-desenvolvimentistas como a Transposição do rio São Francisco ou a construção de barragens no rio Madeira, entre outras obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do atual governo brasileiro.

A literatura acadêmica e suas ramificações, insistentemente, tem-nos iludido no sentido de apreender o capital como veículo onipresente da dominação fundada na mediação do Estado burguês. Isto se dá justamente quando "o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles" (FOUCAULT apud DELEUZE, 2006, p. 266), quando "não há mais representação, há tão-somente ação, ação de teoria, ação de prática, em relações de revezamento ou em rede" (Idem *ibidem*).

O fato é que os intelectuais já não têm mais o mesmo estatuto social de outrora frente às massas e às classes dominantes. Fomos impelidos a descobrir

---

<sup>3</sup> "Na verdade, ela não faz muito mais do que corrigir, aprofundando – particularmente ao permitir compreender um movimento que a análise deixava ao jogo dos eventos e dos desejos individuais - o que era estabelecido na Seção VIII de *O Capital*" (CHÂTELET; PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 506 e 507).

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

[...] que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (idem *ibidem*).

Não somos mais *outsiders*, malditos ou militantes, embora possamos ostentar renomadamente estes epítetos. Pelo contrário, na atualidade, os "intelectuais fazem parte desse sistema de poder e a idéia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema" (idem *ibidem*).

O pesquisador que pretende se manter crítico diante da realidade sócio-espacial já não deve se posicionar "um pouco na frente ou um pouco ao lado" para dizer a muda verdade de todos; (...) [deve] antes, lutar contra as formas de poder exatamente onde ele, como intelectual, é ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do 'saber', da 'verdade' da 'consciência', do 'discurso' " (idem *ibidem*, p. 266 e 267), o que leva a teoria, a prática teórica do intelectual contemporâneo a ser *práxis*, mesmo que não constituída, necessariamente, sob a perspectiva materialista histórica. "É levando-se em conta que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, como você [Deleuze] diz, não totalizadora" (idem *ibidem*, p. 267).

O mundo contemporâneo continua repleto de formas de dominação extra-econômicas, psicossociais, políticas e sócio-culturais. Em seus estudos sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault demonstrou-nos, de forma cabal, a existência de assincronias entre Estado e poder. O poder, segundo o filósofo francês, incide de forma descentrada, "atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - [situando-se] ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder" (MACHADO, 1988, p. 196). Portanto, o poder não se dissemina somente junto ao capital ou a partir do Estado, mas atravessa as barreiras institucionais, realizando-se em formas mutantes, que podem tornar-se tanto reacionárias como inovadoras.

Para escapar do paradigma estruturalista sujeito/objeto, Foucault deixou de lado a análise das práticas sociais, o que se representou, ao mesmo tempo, a força e o calcanhar de Aquiles de todo o seu pensamento. Força, porque através deste caminho conseguirá estabelecer a arqueologia discursiva dos poderes que incidem e modificam as

realidades sociais instituídas - através da análise discursiva dos construtores das disciplinas “científicas” burguesas, traçando sua genealogia desde suas primeiras manifestações, no século XVII até o estabelecimento, no que ele chama de “época clássica” (século XIX), de um poder fundado numa socialização das condutas que se traduzem num melhor controle sobre a população, materializando-se como lugar de produção de “verdades”. Como menciona Dosse:

Resolutamente nominalista, Foucault desliga-se de práticas ou de uma abordagem institucional do poder. Para ele, tampouco, se trata de fazer uma sociologia histórica de um interdito, mas ‘a história política de uma produção de verdade’. O poder, já em *Surveiller et punir*, não é mais percebido aqui como uma máquina de encerramento, o lugar de uma estratégia de ‘verdade’, cuja vertente de interdições seria tão somente a expressão dos seus limites. O novo rumo adotado por Foucault, que se desfaz de uma concepção puramente negativa do poder, deve ser associado a uma nova relação com a política, nesses tempos em que as perspectivas de uma revolução se distanciam (DOSSE, 2007, p. 421).

Fraqueza devido ao fato de, como acima aludido, não poder dar conta das relações infra-estruturais de poder em resposta aos contra-poderes de forma tão profunda como deles tratou, acabando por abandonar qualquer tentativa neste sentido. Desta forma, seu método arqueológico acabou por servir de plataforma para todo o tipo de experimento pós-moderno e foi vulgarizado tão rapidamente como o fora, anteriormente, o pensamento marxiano.

No entanto, em sua última virada metodológica, no início da década de 1980, Foucault (1984) inicia a construção de uma hermenêutica do desejo, “(...) uma história do pensamento, por oposição à história dos comportamentos ou das representações: definir as condições nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é e o mundo no qual ele vive” (FOUCAULT, 1984, p.14). Enfim, uma história dos dispositivos, que toma a sexualidade como construção disciplinar e o poder como objeto para apreender melhor as práticas constitutivas do sujeito para melhor controlá-lo.

Por conseguinte, constituindo o universo do sujeito, o poder está presente em toda parte, tanto nos grandes tratados comerciais e nas relações sociais de produção, como nos pequenos empreendimentos locais, assim como nas relações interpessoais. O poder apresenta-se como uma instância comum, desdobrando-se e ramificando-se em numerosos nós que mediam outras relações sociais.



Nestes casos, a hierarquização territorial funciona como um palimpsesto<sup>4</sup> em que cada núcleo social subjugado acaba por aderir despercebidamente. Apesar disso, em certos casos típicos, é possível chegar a uma análise mais pormenorizada dos poderes em ação num determinado espaço social. As ações que envolvem pessoas e comunidades há muito instaladas, conforme pressupostos técnicos e arbitrários, têm com certeza muito a nos dizer sobre agenciamentos que envolvam relações não necessariamente associadas aos dispositivos concentradores de poder.

Será o destino de toda região com potencial hidráulico ou hidroviário que tão providencialmente, com suas “privilegiadas” posições geográficas, sacrifiquem os “territórios etológicos originários” (GUATTARI, 1992, p. 169) onde se constituíram comunidades, para tornarem-se simples enclaves dos fluxos de poder do capital industrial e financeiro, intermediados pelo Estado?

Ou seriam as populações e territórios destas regiões as mais novas vítima do engodo progressista?

Ou ainda; poderiam ser mais algumas das locatárias das benesses que o capital arrenda para algumas comunidades por um pouco de ilusão: a ilusão de ter-se tornado moderna num mundo que já não é mais moderno?

No processo em questão, o poder do Estado e das organizações aparece como foco central a mediar às ações e sua interação com os objetos. Mas se, no entanto, o poder encontra-se em todas as relações humanas, então contra-poderes de classe e de suas frações, poderes intrapessoais ou internalizados, atuam num universo de sujeitos descentrados e instituições centralizadoras e difusoras de poder. Faltar-nos-iam apenas as mediações necessárias para relacionar o poder difuso nos sujeitos internalizados e o poder de classe investido nas instituições, mas alguns autores podem nos ajudar a tapar esta lacuna.

Os estudos de Deleuze e Guattari (1992) e Levy (1995), entre outros autores mais recentes, nos possibilita subsídios para estabelecer mediações, pois, ao ressaltarem a importância dos “planos de imanência” (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 51 a 61) que revertem em agenciamentos microscópicos na forma dos micro-poderes, mostraram a espacialidade da vida social (espaço externo), o espaço vivido e socialmente produzido; assim como alguns geógrafos, como Claval (1979), Raffestin (1993) e Santos (2004).

---

<sup>4</sup> Clastres (1988) identificou, no Brasil, uma cultura de cerâmica cuja produção era quase em série, mas os moldes em que as cerâmicas eram confeccionadas – o palimpsesto – modificavam-se a cada novo objeto confeccionado.

Esses autores complementam o quadro teórico inicial sob o qual as relações de poder de todos os tipos podem ser trabalhadas em estudos sobre a formação sócio-espacial de territórios por ações e objetos técnicos associados a várias formas de manifestação dos poderes, como nas obras de engenharia que tem sido edificadas nos últimos anos sob os auspícios da “planificação liberal” do atual governo.

Além das considerações que serão aqui tecidas, feitas no intuito de estabelecer uma caracterização que possa dar conta de como os capitais<sup>5</sup> estruturam subjetividades, em seu raio de ação incidente sobre/sob todas as instâncias (global, local e sobre os agenciamentos intermediários)<sup>6</sup> teremos que diferenciar as maneiras e modalidades que caracterizam as correlações de poderes em territórios formados por intervenções de engenharia. Adentraremos, assim, por vezes, o território do mental e do simbólico, pois se trata, aqui, de estudar uma série programada de desterritorializações e reterritorializações, tanto físicas como sociais.

Trata-se de uma grande rede de transterritorializações que está sendo tecida nos cursos das Bacias Hidrográficas, nos sertões e nas veredas de várias regiões do território brasileiro, afetando os suportes simbólicos de todos os elementos da cultura, arruinando o patrimônio histórico das cidades e das comunidades, deslocando e apagando as memórias (tanto individuais como coletivas), redimensionando as relações econômicas, recondicionando a cidadania, desgastando o senso de coletividade, enfim, interferindo em todas as relações e recolocando formações sócio-espaciais; recompondo-as, ou não, em novos *habitus*.

Esta noção, a de *habitus*, levantada por Bourdieu, é fundamental, já que:

[...] permite que se tenha acesso a uma realidade mais rica, feita de hábitos, de necessidades, de práticas, de inclinações, e, não obstante, articulada num espaço em três dimensões: vertical com avaliação do capital econômico, escolar, cultural, etc.; estrutural com o que opõe num mesmo campo o capital econômico e o capital cultural; e enfim, a dimensão da trajetória que permite reintroduzir um movimento na estrutura e traduzir a Antiguidade na posse desse capital econômico/cultural. É a coalescência dessas três dimensões que permite definir um *habitus* (DOSSE, 2007, p. 378).

---

<sup>5</sup> O que existe hoje são vários capitais, o sufixo “ismo” cai, sobrando apenas o capital, pois o debate ideológico-ético não se faz mais. São os mercados socialmente construídos que dão à tônica. Ver Bourdieu (1989) capital simbólico p. 15 a 44; capital social p. 29; capital político, p. 164, 167, 187 e 190 a 196; capital jurídico, p. 219; capital econômico e cultural, p.12.

<sup>6</sup> Segundo Latour (1994, p. 119 a 121), esses agenciamentos intermediários seriam as redes.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

A mediação do *habitus* permite escapar à alternativa entre subjetivismo e objetivismo na pesquisa das intervenções técnicas do capital nos espaços tradicionais de reprodução social, campo onde os simbolismos entram em jogo; onde “o *habitus* como senso do jogo é o jogo social incorporado, convertido em natureza” (BOURDIEU apud DOSSE, 2007, p. 380). É por meio e em meio a este jogo que estabelecemos os princípios para um estudo que leve a fundo as implicações das demandas simbólicas de poder, as quais, muitas vezes, estão por trás das pressões e ações efetuadas no processo por dispositivos centralizadores de poder, conformando-se num efetivo poder simbólico, no

[...] poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for ‘reconhecido’, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de um ‘*illocutionary force*’, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a ‘crença. [...] O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformadora, quer dizer, irreconhecível, transfigurada legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital, o trabalho da dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de ‘eufemização’) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 14 e15).

O que se apresenta na concretude social, portanto, são relações rizomáticas de poder que se conjugam a mecanismos centralizadores de poder, todos alimentados pela luta das classes sociais e entremeadas, como quiasmas, por *habitus* que incorporam dispositivos mentais e simbólicos tornando o jogo de poderes interrelacionados, ao mesmo tempo, irreconhecível e palatável para as componentes irreduzíveis da sociedade: os seres humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É da forma como se apresenta construído neste artigo que concebemos as modalidades de correlacionamento entre os diferentes fluxos, agenciamentos e relações

de poder que atuam nos espaços formados pela realização dos grandes projetos de aproveitamento hídrico que estão sendo executados no país nos últimos anos.

Em meio desta combinação complexa, que inclui elementos atuantes em diversas direções e trajetórias, formam-se combinações entre ações e objetos. Formam-se o que podemos denominar Espaços de Poder.

Espaços de poder constituem-se, desta forma, em espaços de conflito, de luta social, onde agenciamentos contraditórios relacionadas à contra-poderes e demandas fractais operam em contraponto às instâncias de poder institucional legitimadas. É aí que se observa a resistência, mas é aí também que se dá o espaço de ação dos poderes relacionados à mídia e ao Estado, como agentes restauradores das verdades do *establishment*.

É neste espaço, enfim, que podemos averiguar os poderes em ação e definir como as relações por eles formalizadas por meio da luta social se estabelecem na realidade concreta.

Assim, ficam manifestas as correlações de força que levam à realização de obras que aproveitam a água de forma a causar consequências sócio-espaciais que, muitas vezes, se mostram funestas para as comunidades envolvidas, enquanto favorecem àqueles conglomerados industriais e grandes proprietários agrícolas responsáveis por tantas ações destrutivas e reprodutoras da iniquidade que caracteriza a formação social brasileira.

Isto pode ser observado concretamente, tanto nos recentes empreendimentos que vem aproveitando a força hidráulica dos rios no vale do rio Uruguai, conforme Espíndola (2009), quanto nas mega-usinas hidrelétricas erigidas a ferro e fogo pelo nada saudoso governo militar, assim como nos empreendimentos mais notáveis do atual governo, tais como a transposição do rio São Francisco no intuito de irrigar territórios agrícolas controlados pelo grande latifúndio ou loteados por este em benefício do agro-negócio, ou as grandes hidrelétricas que estão sendo erguidas no rio Madeira e em outras bacias fluviais para sustentar os empreendimentos eletro-intensivo de grandes conglomerados industriais estrangeiros e nacionais ou, ainda, no aproveitamento de grandes bacias subterrâneas, como o Aquífero Guarani, que vem sendo realizado longe das vistas do grande público, das instituições acadêmicas e das comunidades localizadas acima do curso deste rio subterrâneo, as quais deveriam ser as grandes beneficiárias de seu aproveitamento.

Não por acaso, os resultados gerais de todos os empreendimentos ligados ao aproveitamento dos recursos hídricos desde a década de 1960, salvo alguns detalhes que podem ser reunidos sob a rubrica de “compensações por danos irreparáveis” ou, para os membros da “sociedade civil” que, por enquanto, não sofrem com as consequências de tais empreendimentos, como fruto de experiências mal sucedidas, têm sido sempre os mesmos, dada a correlação de forças extremamente favorável ao capital que se mantém desde então.

Seja sob governos ditatoriais, neoliberais, sócio-liberais, neo-keynesianos ou indefinidos, os dispositivos que emergem das correlações de forças sociais e acabam por definir as formas como vem se dando os aproveitamentos de nossos recursos hídricos são extremamente favoráveis às demandas advindas dos mais altos escalões do capital monopolista e associado, ou das oligarquias mais retrógradas que também o são, na formação social periférica em que se constituiu o Brasil.

Em todos os casos, em consequência de sua posição extremamente desvantajosa nas correlações de forças envolvidas em cada caso, as resistências e contra-poderes apenas conseguem resultados em contextos de “fato consumado”, e, tão somente arranham as vitórias das corporações e seus associados por meio de “penalidades alternativas” ditadas pela pelo sistema jurídico por elas controlado dando alívio à consciência dos que gozam das benesses proporcionadas por tais empreendimentos sem pensar na destrutividade que eles proporcionam de forma cumulativa, enquanto os responsáveis gastam pequenas frações de seus lucros em “compensações ambientais”.

Quando o desvio do curso do rio São Francisco e as grandes barragens que estão sendo construídas mostrarem toda a sua destrutividade, as comunidades e instituições que resistiram às demandas pela sua construção estarão esquecidas e apenas ficará manifesto a benevolência das corporações ao empreender obras de retificação ou atividades de manutenção de um meio que já foi destruído, mas que a mídia e os outros meios ideológicos de alienação de que dispõe o grande capital darão como plenamente recuperados com simples retificações instrumentais ou educacionais.

A complexidade de poderes que se irradiam em cada um dos processos de construção destes empreendimentos acaba sendo subsumida às ações do Estado que hoje a todos diz ouvir<sup>7</sup>, mas só a um interlocutor obedece, enquanto o contexto se

---

<sup>7</sup> Depois de, durante décadas, fazer ouvidos moucos às demandas contraditórias àquelas advindas das grandes corporações capitalistas e do grande latifúndio, o Estado brasileiro pretensamente discute com a sociedade as ações ditadas por instituições multilaterais internacionais. No entanto, estas ações são

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

mantém dentro da “normalidade”. Um Estado que realiza obras que serão de toda a forma, propriedade dos que sempre foram proprietários, enquanto se mantiverem as condições prevaletentes.

Aos contra-poderes, hoje resta serem contra-poderes; superestimados pela academia e desdenhados pela crua realidade do domínio do capital, enquanto lutam ingloriamente por reformas que reformem o irreformável e modifiquem o imutável, enquanto prevalecerem às condições que transformaram a luta de classes e a política, a única política que assim pode ser chamada, numa fantasmagórica imagem do que deveria ser.

Desta forma, deveremos, em nossos futuros estudos, nos embrenhar no que a retardatária, mas realista, Geografia tem a nos dizer sobre os empreendimentos que envolvem as ações e objetos intrinsecamente relacionados e estudados neste artigo.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

CHÂTELET, Francois; PISIER-KOUCHNER, Éveling. **Concepções políticas do século XX: história do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **A geografia Cultural**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs**. Vol. 01, 02, 03, 04 e 05, Rio de Janeiro, editora 34, 1992.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Vol. II. São Paulo: Edusc, 2007.

---

sempre implementadas da forma indicada por elas em planos que podem ser encontrados nos sites editados por tais instituições, como uma breve comparação entre o PAC, o Fome Zero e outras iniciativas dos últimos governos e as “sugestões” do BM, do BIRD ou da OMC podem nos confirmar.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009. 286 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis. 6ª ed. Vozes: 1988.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, São Paulo, Ano V, 1985, n° 16.

\_\_\_\_\_. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. **Micropolítica - cartografias do desejo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1985.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 4ª ed. Lisboa: Editora Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Contribuição à crítica da economia política. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Vol. I. Porto: Portucalense Editora, 1971.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 55 – 70. Florianópolis, junho de 2010.

[www.geograficas.cfh.ufsc.br](http://www.geograficas.cfh.ufsc.br)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A Editora Ltda., 2002.

VAINER, C. B. ARAÚJO, F. G. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Cedi, 1992.